

A leitura e seu público no mundo contemporâneo

Ensaio sobre História Cultural

Coleção
HISTÓRIA & HISTORIOGRAFIA

Jean-Yves Mollier

A leitura e seu público no mundo contemporâneo

Ensaio sobre História Cultural

TRADUÇÃO

Elisa Nazarian

autêntica

Título original: "La lecture et ses publics à l'époque contemporaine: essais d'histoire culturelle", de Jean-Yves Mollier.
2001, Copyright © Presses Universitaires de France

PROJETO GRÁFICO DE CAPA

Teco de Souza

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Conrado Esteves

REVISÃO

Cecília Martins

REVISÃO TÉCNICA

Vera Chacham

EDITORA RESPONSÁVEL

Rejane Dias

CAPA: Sobre imagem de

Gustave Courbet. *Portrait of Charles Baudelaire*. Bridgeman Art Library/Musee Fabre, Montpellier, France.

Todos os direitos reservados pela Autêntica Editora.
Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida,
seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia
xerográfica sem a autorização prévia da editora.

AUTÊNTICA EDITORA LTDA.

Rua Aimorés, 981, 8º andar. Funcionários

30140-071. Belo Horizonte. MG

Tel: (55 31) 3222 68 19

TELEVENDAS: 0800 283 13 22

www.autenticaeditora.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro)

Mollier, Jean-Yves

A leitura e seu público no mundo contemporâneo : ensaios sobre história cultural / Jean-Yves Mollier ; tradução Elisa Nazarian. -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2008. -- (Coleção História & Historiografia)

Título original: La lecture et ses publics à l'époque contemporaine: essais d'histoire culturelle

Bibliografia.

ISBN 978-85-7526-327-3

1. Comunicação escrita - Europa - Século 19 - História 2. Cultura popular - Europa - Século 19 - História 3. História cultural 4. Livros e leitura - Europa - Século 19 - História I. Título. II. Série

08-04662

CDD-306.488094

Índices para catálogo sistemático:

1. Europa : Século 19 : Livros e leitura :
História cultural 306.488094

SUMÁRIO

Introdução.....	7
PRIMEIRA PARTE	
LITERATURA INDUSTRIAL OU LITERATURA POPULAR?	
Capítulo I – O papel da literatura popular no desenvolvimento das editoras parisienses do século XIX.....	19
SEGUNDA PARTE	
A INATINGÍVEL BIBLIOTECA DO POVO	
Capítulo II – O manual escolar e a biblioteca do povo.....	61
Capítulo III – O folhetim na imprensa e a livraria francesa no século XIX.....	83
Capítulo IV – O romance popular na biblioteca do povo.....	97
TERCEIRA PARTE	
COLEÇÕES, BIBLIOTECAS, DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS	
Capítulo V – Enciclopédia e comércio livreiro do século XVIII ao século XX.....	111
Capítulo VI – Biblioteca de Babel: coleções, dicionários e enciclopédias.....	129
Capítulo VII – A difusão do conhecimento no século XIX, um exercício delicado.....	141
QUARTA PARTE	
CULTURA MIDIÁTICA OU CULTURA DE MASSA?	
Capítulo VIII – Literatura e imprensa de rua na <i>Belle Époque</i>	159
Capítulo IX – O surgimento da cultura midiática na <i>Belle Époque</i> : a instalação de estruturas de divulgação de massa.....	175
Conclusão.....	191
Fontes.....	197
Referências.....	199

Introdução

Os nove ensaios aqui reunidos, abordando a leitura e seu público no mundo contemporâneo, da metade do século XVIII ao começo do século XX, testemunham o desenvolvimento da história cultural a partir de pouco mais de um decênio. Focando na expansão da cultura do material impresso na Europa após 1760, eles acompanham os meandros, as reviravoltas e as evoluções que assinalaram a passagem de uma atividade reservada a poucos, as elites por nascimento ou por fortuna, para um lazer compartilhado por um número bem mais vasto. Nesse lento surgimento de uma cultura de massa, em torno de 1850-1880 para a Grã-Bretanha e a França, um pouco mais tarde para seus vizinhos, se abrigam muitas das transformações do mundo em que vivemos. Ao pensar e explicar essas mudanças, nos vem imediatamente à mente a revolução industrial, mas ela não teria tido qualquer serventia se não tivesse sido precedida ou acompanhada pela revolução escolar, a alfabetização definitiva – pelo menos é o que se acreditava – de todos os cidadãos. A questão do sufrágio universal – 1848 na França – está, de fato, subjacente a essas perturbações das sociedades tradicionais, para o que contribuiu, em grande parte, o desenvolvimento da imprensa.

A progressão da leitura – dos periódicos, dos manuais escolares e dos romances – não é algo evidente nos países de cultura católica. Em terras protestantes as coisas não ocorreram, necessariamente, de forma mais simples nem mais bonita, mas a alfabetização da Grã-Bretanha, da Prússia e da Europa do Norte antecipou a da França. Quanto à Itália e à Península Ibérica, sabe-se que suas populações só aprenderam a ler no século XX. Sem dúvida, a Reforma e sua

propagação no continente europeu desempenharam um papel positivo na adaptação do livro à vida cotidiana das massas. Por muito tempo, a Bíblia foi o único alimento dos lares mais humildes, mas, por toda parte, a leitura intensiva – a mesma obra relida a cada dia – precedeu a leitura extensiva – aquela que lança mão de tudo o que existe e que ressoa –, na Alemanha e na França, como um furor ou uma ânsia de ler que assustam os públicos nobres ou burgueses. É que ainda que a leitura seja aceita por acelerar a propagação de uma religião ou de conceitos morais, não o é mais tão facilmente ao permitir todas as divagações do espírito ou as fantasias mais desenfreadas. Ora, essa liberdade concedida em todos os tempos à literatura pelas camadas mais cultivadas da população torna-se assustadora quando se dirige a “esta classe numerosa de leitores que se chama todo mundo”, como escreveu Pierre Larousse (1864-1876).

Seria preciso mais de um século para que a cultura de massa, entrevista pelos redatores de *L'Encyclopédie*, Diderot e D'Alembert, se instalasse na França, e três reformas escolares – as de Guizot, Duruy e Ferry – seriam implementadas, para que isso se tornasse possível. Assim sendo, os primeiros *best-sellers* da história mundial, excetuando-se a Bíblia entre os laureados, foram os manuais escolares destinados à alfabetização geral. Nos Estados Unidos, com os livros escritos por Noah Webster, na Grã-Bretanha, com os de Thomas Nelson, assim como na França, com os volumes lançados pelas livrarias Hachette, Larousse e Armand Colin, eles se propagaram em dezenas de milhões de exemplares entre a massa de leitores e penetraram em suas casas. Com o jornal, que introduziu o romance-folhetim em sua primeira página a partir dos anos 1836-1839, e depois o jornal popular a um centavo – como *Le Petit Journal* de 1863 – e as revistas dos anos 1850-1860, estabeleceram-se as bases materiais de uma leitura de massa. Não faltou muito para que, com as coleções de romances a preços baixos, espalhadas pelas estações de trem e no campo, com o desenvolvimento das ferrovias, os germes de uma cultura midiática fossem definitivamente semeados. No entanto, outras obras desempenharam um papel nesse movimento: os livros de divulgação científica e, entre eles, em incontestável primeiro lugar, os dicionários e as enciclopédias, essas bibliotecas portáteis contendo

todo o conhecimento do mundo, que tiveram seu momento de glória no século XIX.

Vê-se que a história cultural não poderia se privar da história social, da qual ela se nutre para explicar os comportamentos, as representações dos homens e suas maneiras de interpretar o mundo. É por esse motivo que estes estudos concedem tanto espaço aos arquivos públicos ou privados, às séries estatísticas ou às oscilações de preços do livro, os verdadeiros artesãos da leitura geral, quando permanentemente dirigidos para baixo. Sem esse esforço gigantesco que fez cair o preço médio do exemplar de entretenimento de 15 F para 1 F, entre 1838 e 1853-55, na França, jamais a leitura teria podido atingir novas camadas tão rapidamente. Se considerarmos que em 1905 o livro a 13 *sous*¹ – 0,65 F – se impôs às séries de grande público com tiragens, de início, de 100 mil exemplares, vemos as mudanças profundas na paisagem. Antes de 1838, o livro mantinha-se raro e caro, enquanto que, no início do século XX, passou a entrar em todos os lares – pelo menos tendencialmente. Em menos de setenta anos, graças à revolução nas estruturas escolares, à revolução da democracia, que afirmava a informação do cidadão, e à revolução que despertou o sistema editorial, dividindo o preço do livro por vinte, uma batalha foi ganha, a da aculturação de massas aos princípios que regem a galáxia Gutenberg.

Organizado em quatro seções, este volume se abre para uma questão delicada: com a aparição do romance-folhetim, assiste-se ao aparecimento de uma “literatura industrial”, como escreveram Sainte-Beuve (1839) e Lise Dumasy (1999), ou ao triunfo de uma “literatura popular”, simbolizada por Alexandre Dumas pai, o homem para quem o editor Michel Lévy lançou, em 1846, uma coleção de livros a dois francos e que profetizou de imediato a morte do “folhetim costurado a mão”² Para responder a isto, é preciso que penetremos nessa França da Monarquia de Julho, onde os detratores de Dumas, o homem de letras mais célebre de seu tempo, o acusam de ter inventado o “folhetim a vapor”, e que acompanhem as mudanças

¹ Um *sous* equivalia à vigésima parte do franco ou cinco centavos. (N.T.).

² Ver cap. I.

até os anos 1900-1905, quando aparece a literatura em série, concebida para centenas de milhares de leitores. Que o livro seja popular mais por destinação do que por sua natureza não afeta em nada os dados do problema: o povo adentra à frente da cena, cultural mas também política e social, e seus leitores, as molduras de sua conceitualização do universo, merecem estudo. Como uma conseqüência lógica, a segunda parte do livro se ocupa, portanto, da inatingível e misteriosa biblioteca do povo, sonhada ou imaginada por todos aqueles que pretendiam conduzir as massas para o progresso ou a disciplina de costumes. Três estudos se encarregam dessa questão. O primeiro se ocupa do desenvolvimento extraordinário da edição escolar, após 1865. O livro da sala de aula foi o primeiro componente das bibliotecas familiares, tanto no campo como na cidade, e unificou, ou ao menos tendeu a homogeneizar as visões dos franceses da *Belle Époque*. Com essa autêntica mas silenciosa revolução cultural, a França realizava a metamorfose que a preparava para a entrada no século XX. Paralelamente a esta evolução, aquela que descobriu o romance-folhetim justificava um capítulo à parte, que precede, por sua vez, as exposições voltadas ao romance popular, gênero que fez correr tanta tinta quanto se a França tivesse sido a vítima de uma nova coalizão européia. Da emenda Riancey, votada em 1850 – um imposto sobre o romance! –, à publicação, em 1904, do *Romans à lire et romans à proscrire*, do Abade Bethléem, as autoridades não deixaram de enquadrar, quando não de proibir, as leituras do povo. Vindos da direita do cenário político, mas às vezes também da esquerda, que temia uma possível “alienação” do proletariado por meio dos romances de aventuras ou sentimentais, foram inúmeros os ataques contra esse flagelo do mundo moderno. Em grande parte, as invectivas mais recentes contra o cinema, a televisão ou o computador e os jogos de vídeo lançam mão dos mesmos argumentos, o que torna a releitura dessas diatribes ou dessas polêmicas mais atual do que poderíamos pensar.

No segmento dedicado às coleções, às bibliotecas, aos dicionários e às enciclopédias, surge uma nova questão. Esta se ocupa mais das bases do saber popular, entendendo-se o termo, ainda aqui, em seu sentido mais amplo. A superstição, a magia, a alquimia, a premonição

e a previsão dominaram por muito tempo o universo das populações rurais (LÜSSEBRINK; MIX; MOLLIER, 2001). Todavia, a partir de meados do Século das Luzes, difundiu-se sobre toda a extensão do continente europeu um *Dictionnaire raisonné des sciences et des arts*, fadado não apenas a se tornar um *best-seller* do gênero enciclopédico, mas, o que é mais determinante, a revolucionar a transmissão do conhecimento. Matriz de inúmeros dicionários e enciclopédias que iriam se espalhar pelo século XIX, o famoso “século dos dicionários”,³ a obra de Diderot permaneceria o paradigma de todas as iniciativas desse tipo durante duzentos anos. Fundamental nesse aspecto, ela era a principal referência aos olhos do republicano Pierre Larousse, que justificava seu projeto explicando que a revisão da série se tornara indispensável em função da Revolução de 1789, e não de seu próprio envelhecimento. Do mesmo modo, Marcelin Berthelot, sob a 3ª República, tentaria se situar em relação a esses projetos intelectuais para convencer os leitores a comprar os 31 tomos sucessivos da *Grande Encyclopédie*. Entrando, portanto, na espiral das grandes construções capitalistas que iriam, a partir de então, balizar o caminho dos dicionários – a edição ilustrada do *Petit Larousse*, revisada para a ocasião, vendeu em 2000 mais de um milhão de exemplares, realizando um montante de negócios em torno de 250 milhões de francos –, o gênero iria, progressivamente, se adaptar à era das massas.

Assim como o dicionário, obra coletiva que esconde sua identidade sob aquela, aparente mas insidiosa, de um autor em carne e osso, o manual escolar pertence a um universo regido, desde os anos de 1830, pela mais rigorosa racionalidade econômica. Campo preferido das políticas editoriais que nele aprendem as regras elementares daquilo que seria, mais tarde, chamado de *marketing*, o livro de classe, destinado a um número muito maior de leitores, viveu no século XIX uma verdadeira fase dourada. Ele atingiu recordes – 26 milhões de exemplares para a *Grammaire* de Larive e Fleury ou a *Géographie* de Pierre Foncin em 1920 –; podemos nos perguntar então se ele não teria se tornado a Bíblia laica das populações descristianizadas e entrado sem problemas num mundo livre da autoridade da Igreja.

³ Ver cap. V.

Embora não estivesse, de modo algum, sujeito às imposições dos anticlericais, o “mestre de educação” da *Belle Époque*⁴ evitava atacar de frente as crenças dos franceses de então. Seu sucesso comercial residia, na verdade, em sua capacidade de reunir, e não de dividir, o que explica, fundamentalmente, o extraordinário desempenho do *Tour de la France par deux enfants*, livro escolar concebido, de início, para as crianças da escola particular, e não para os alunos da escola “laica”, como se prefere repetir, sem provas. Redigido magistralmente por uma mulher determinada, Madame Fouillée, e uma autora talentosa da empresa católica dirigida pela viúva Eugène Belin, o livrinho de leitura corrente e de educação cívica devia conquistar os espíritos das duas França e, dessa maneira, fazê-las comungar no mesmo amor pela pátria, vencida em Sedan, em 1870, martirizada pela separação das duas órfãs – Alsácia e Lorena –, e preparar a inevitável desforra.

Século dos dicionários e das enciclopédias, religiosas ou, ao contrário, laicas e republicanas, a época das revoluções foi também a da multiplicação das coleções de livros. Quer se tratasse de romances, de livros práticos, de guias de viagens, quer se tratasse de brindes, os volumes deveriam, a partir de então, se integrar a séries mais amplas e suscetíveis de se reproduzir ao infinito. Chamadas ainda frequentemente de “bibliotecas”, a exemplo da célebre *Bibliothèque rose illustrée*, na qual reinava a Condessa de Ségur, essas coleções encontraram no volume de pequeno formato – o in-18⁵ – ou ainda de “formato portátil”, o meio de conquistar todos os públicos, seduzidos igualmente pelo baixo preço dessas obras, suas capas uniformes e suas versões padronizadas, portanto familiares e reconhecíveis à distância, bem adequadas às modestas proporções das moradias do século XIX. Pode-se, aliás, dizer o mesmo das séries destinadas à divulgação do saber, outro grande interesse da época, e, da *Bibliothèque utile* à *Bibliothèque des merveilles* ou à *Bibliothèque nationale*, todos os editores se empenharam no mercado da divulgação do conhecimento e do saber prazeroso. Todos eles reconheceram a influência velada do comtismo ou do que se chamou de positivismo, com seu culto do

⁴ Ver cap. II.

⁵ O In-18 tem dimensões de 9x14 cm. (N.E.).

progresso ilimitado das sociedades, mas, pelo que aqui nos concerne, devemos reconhecer suas conseqüências benéficas sobre o desenvolvimento da leitura e a extensão do universo de leitores, a grande conquista daqueles tempos otimistas.

Considerando-se o emaranhando de todos esses elementos, não podemos deixar de nos perguntar se a cultura de massa, geralmente considerada um fenômeno típico do século XX, não teria aparecido bem mais cedo, nos anos de 1880 na França e um pouco antes do outro lado do canal da Mancha. Essa é a idéia que defendemos nestas páginas, ao analisar com precisão a emergência dessa cultura moderna. Temida, ela também, por todos os que se recusavam a aceitar as conseqüências da “era do papel”⁶ – o fato de que as populações, ávidas de novidades e de variedades, de informações e de divertimentos, devorassem a cada manhã seu jornal de 1 *sou* –, a visão das massas passou a ser um desafio maior na *Belle Époque*. Ligas e associações de extrema direita tentaram instrumentalizar as representações populares e levá-las a servir às suas ambições demagógicas ou mesmo facciosas. O caso Dreyfus confirmou isso plenamente, mas o boulangismo servira de banco de ensaio, e a revelação de cada novo escândalo era passível de ser utilizada da mesma maneira. A literatura e a imprensa populares não davam grande importância à grande literatura nem às boas maneiras, mas sua eficiência era temível, o que justifica sua presença na quarta parte deste livro, consagrada à cultura de massa e à cultura midiática, cujas premissas estão em plena eclosão no decênio de 1880.

Além de uma oportunidade para um apanhado recente das condições de desenvolvimento de uma verdadeira cultura de massa, estas páginas permitem, também, que se discuta aquilo que do outro lado do Atlântico se prefere chamar de uma cultura própria ao domínio das mídias. Pressupondo atividades de lazer e um mercado fortemente estruturado, adaptado ao consumo de massa, essa cultura é indispensável à produção de coleções de livros vendidos em grande escala ou de periódicos com tiragens diárias de mais de um milhão

⁶ Félix Vallotton representa assim a sua época no desenho que cede ao *Cri du peuple* de 23 de janeiro de 1898, em referência ao *J'accuse* de Zola, publicado em 13 de janeiro do mesmo ano no *L'Aurore*.

de exemplares. Fonte de evidente homogeneização das representações sociais – o que não significa uma improvável unificação dos universos mentais –, essa cultura combate a atomização dos indivíduos, favorecida, no entanto, pelo êxodo rural, a urbanização acelerada ou pelo maquinismo e pela descristianização. Para resistir à anomia, como a descreverão os sociólogos discípulos de Durkheim em torno de 1900, o homem deve descobrir pontos de referência, tanto espaciais quanto temporais, que lhe possibilitem a comunicação com seus contemporâneos e até mesmo a comunhão com suas grandes emoções, patrióticas, nacionalistas ou chauvinistas, segundo o caso. No desfile de *fait divers*⁷ criminais, apresentados pela imprensa popular (KALIFA, 1995), este homem certamente encontra motivos para temer o futuro e rezear as proezas dos Mandrin modernos, os “apaches” da *Belle Époque*, mas tem, também, acesso a dados que lhe permitem discutir com seus vizinhos, na oficina, no café ou no estádio, e é isso o que importa para compreender o desenvolvimento dessa cultura que a televisão de massa, mais tarde, aproximou de nossas preocupações (RIOUX; SIRINELLI, 2001).

Em nossa época, em que conhecemos os efeitos desastrosos do iletrismo nos países ricos e vemos o analfabetismo continuar a crescer nos países pobres, a questão do desenvolvimento da leitura se apresenta, novamente, de forma incisiva. Há quem acredite que o computador não elimina o livro, enquanto outros acreditam que os jovens não se afastam dessa forma de lazer (MOLLIER, 2000b), o que tende a tornar as discussões do passado muito mais próximas de nossa sensibilidade. O que estes ensaios de história cultural procuram mostrar, sobretudo, é que tanto no passado como atualmente a leitura não é uma atividade que acontece por si. Instrumento a serviço dos poderosos durante séculos, e mesmo por três mil anos na maior parte dos continentes (MICHON; MOLLIER, 2001), a escrita, impressa ou não, atrai ou repele, mas não deixa ninguém indiferente. Para conseguir familiaridade com o livro e penetrar em seu interior, as populações européias precisaram não apenas aprender a ler, mas admitir que

⁷ Em francês, *fait divers* refere-se à seção no jornal em que são narrados fatos cotidianos, apenas com expressão local, dizendo respeito sobretudo a crimes, acidentes, etc.

essa mídia lhes trazia algo de útil ou agradável. Os primeiros impressos a penetrar no interior dos lares tiveram de combater as idéias estabelecidas, os princípios elementares da economia doméstica que excluía tudo aquilo que não fosse imediatamente essencial à sobrevivência do grupo. Voltado, de início, para os homens, o jornal foi, pouco a pouco, conquistando as graças do segundo sexo, ao lhe apresentar ou lhe reservar seu folhetim literário. Sob esse ponto de vista, a história do folhetim costurado a mão trata das relações sociais de gênero, mesmo que elas não sejam especificamente tratadas aqui.

A mulher, assim como a criança e o povo, foi uma das maiores vítimas de sujeição no século XIX. A aceitação da idéia de que todas as crianças do sexo masculino deveriam freqüentar a escola primária foi revolucionária, como também o foi a admissão da mulher no banquete da civilização. Quanto à entrada do povo nas bibliotecas ou nos círculos de sociabilidade com intenção lúdica, foi uma terceira revolução a ser imaginada e compartilhada por cada um. Vista assim, sob o prisma da evolução das sociedades européias, a história da leitura e de seu público permite, então, retomar as mudanças que serviram de base ao mundo moderno e que o levaram, em menos de dois séculos, a alfabetizar o essencial das populações do continente e a fazer do livro um elemento de decoração interior. Sem pretender abordar todas as questões que implicam essa mudança de espírito, este livro terá sido útil se permitir uma visão menos limitadora dessas discussões e se permitir que se repense a leitura como uma conquista permanente sobre o imediatismo.